



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681406 - SP (2021/0226797-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DANIEL SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANIEL SANTANA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado de próprio punho por DANIEL SANTANA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 0001236-56.2020.8.26.0496).

O impetrante/paciente informa que foi condenado pela prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, I, IV, VI, e § 7º, I, do Código Penal, e no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003.

Alega a ilegalidade da pena-base fixada pelo Tribunal de origem, ao argumento de que, além de calcada em aumento desproporcional, materializa ofensa ao princípio do *non reformatio in pejus*, haja vista a ausência de recurso do órgão de acusação com o propósito de elevação da reprimenda.

Aduz, ainda, que o aumento da pena-base fundou-se na reprovação de circunstâncias ínsitas ao crime de homicídio qualificado, o que, em tese, caracteriza indevido *bis in idem*.

Assevera que, caso acolhida a tese de redução da pena, deve ser alterado o regime prisional inicial, estabelecendo-o semiaberto.

Requer, liminarmente, o deferimento do direito de aguardar o julgamento deste *writ* no regime aberto ou no semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja redimensionada a pena e alterado o regime prisional inicial.

Oficiada, a Defensoria Pública da União requereu a solicitação de informações à origem (e-STJ fl. 26).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante/paciente não juntou aos autos as cópias da sentença penal condenatória e nem do acórdão proferido pelo Tribunal de origem. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia da sentença penal condenatória e do acórdão relativo ao julgamento das apelações eventualmente interpostas.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência